*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*
*Tribunal de Justiça*

# RELATÓRIO

# 1º Seminário Sul-Mato-Grossense de Gestão Socioambiental no Poder Judiciário

Campo Grande, 14 de novembro de 2017.

# Índice

**1 Introdução** ..... **3**

**2 Objetivos do I Seminário Sul-Matogrossense de Gestão Socioambiental no Poder Judiciário** ..... **4**

**3 Painelista: Doutora Icléia Albuquerque de Vargas** ..... **5**

**4 Painelista: Doutorando Ângelo José Rodrigues Lima** ..... **9**

**5 Painelista: Eliane Maria Garcia** ..... **23**

**6 Painelista: Doutor Ganem Amiden Neto** ..... **28**

**7 Painelista: Doutor Ganem Amiden Neto** ..... **30**

**8 Carta de Intenções** ..... **55**

**ANEXO I – LISTA DE PRESENÇA** ..... Erro! Indicador não definido.**7**

**ANEXO II – REPERCURSSÃO DO EVENTO** ..... **71**

# 1 Introdução

O Conselho Nacional de Justiça instituiu a Resolução n. 201, de 16 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação de unidades ou núcleos socioambientais no Poder Judiciário e a implantação do Plano Logístico Sustentável. A Resolução n. 201 é um instrumento que deve ser cumprido pelos Tribunais.

No Poder Judiciário brasileiro, a preocupação com políticas públicas na área socioambiental teve início com o primeiro ato normativo elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, a Recomendação CNJ n. 11, de 22 de maio de 2007, orientando os tribunais a adotarem políticas públicas que visem à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além de promover conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente. Por se tratar de uma recomendação, e não de resolução, esse ato normativo não possui caráter obrigatório. Já a Resolução CNJ n. 201/2015 tem força vinculante e deve ser cumprida por todos os órgãos do Poder Judiciário, especificados na normativa.

A Resolução, em seu art. 6º, determina o fomento de ações que estimulem:

I - o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;

II - o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;

III - a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados;

IV - a promoção das contratações sustentáveis;

V - a gestão sustentável de documentos, em conjunto com a unidade responsável;

VI - a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas; e

VII - a qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a unidade responsável.

A partir dessa Resolução os Tribunais devem destinar sua atenção para a sustentabilidade, a qualidade de vida do servidor, a qualidade do gasto público e também a educação ambiental, como catalizadora da transformação da cultura vigente.

## 2 Objetivos do I Seminário Sul-Matogrossense de Gestão Socioambiental no Poder Judiciário

I – Favorecer o cumprimento da Resolução n. 201, de 16 de setembro de 2015;

II –Integrar os órgãos do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo de Mato Grosso do Sul no que diz respeito às questões socioambientais;

III – Ampliar os conhecimentos dos participantes sobre a importância da responsabilidade socioambiental; e

IV – Conscientizar os participantes sobre o papel a administração pública deve exercer como indutora de boas práticas devido ao seu poder de viabilizar novas formas de produção.

## 3 Painelista: Doutora Icléia Albuquerque de Vargas

Tema do painel: **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL À SOCIEDADE SUSTENTÁVEL**

Tempo de apresentação: 1h
Local: Tribunal Pleno/TJMS

### APRESENTAÇÃO:

Premência da sustentabilidade

- ✓ Década de 1960/70 - marco na evolução do pensamento contemporâneo - preocupações ecológicas despontam em reação ao modo de vida fundamentado na ideia de infinitude da natureza;
- ✓ Incertezas ganham destaque, conduzindo a busca por paradigmas mais eficazes para a elucidação da complexidade do mundo;
- ✓ Problemática ambiental: imperativo na vida contemporânea.

Novos paradigmas

- ✓ Contingências marcam o pós-II Guerra - fortalecimento das correntes de pensamento adversárias ao positivismo; revisões no paradigma vigente;
- ✓ Promoção de grandes eventos internacionais voltados para as questões ambientais;
- ✓ Importantes obras e relatórios científicos apontam para um quadro crítico/catastrófico da situação do Planeta;
- ✓ Emerge sentimento coletivo: "consciência ambiental".

Emergência da consciência ambiental

- ✓ Modelo de desenvolvimento não mais condizia com a capacidade de manutenção da vida humana no planeta;
- ✓ Reconhecimento da perda de controle técnico e científico dos homens sobre a natureza;
- ✓ Revisão nos conceitos de desenvolvimento, até a gênese da expressão "desenvolvimento sustentável", adotada inicialmente pela Comissão

Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em seu famoso Relatório Bruntland ou Our common future, de 1987.

Desenvolvimento sustentável

- ✓ Expressão revela necessidade de incorporação das variáveis sociais e ambientais, considerando as consequências das ações em longo prazo;
- ✓ Revisão nos processos produtivos para conciliar aumento da produção com redução dos impactos ambientais – confronto com a lógica de mercado;
- ✓ A conscientização ambiental e o desencantamento com o desenvolvimento técnico-científico, convivem com o fortalecimento da globalização da economia e do mercado.

Globalização

- ✓ Crescentes fluxos econômicos, comerciais, tecnológicos e de pessoas, rompem barreiras temporais e espaciais, acelerando, inclusive as trocas genéticas e culturais;
- ✓ Processo determinado pelo domínio da racionalidade econômica;
- ✓ Despertar da humanidade para a problemática ambiental promove debates/embates nas diferentes ciências, consolidando novas visões de mundo e re-estruturando todo o processo de conhecimento;
- ✓ Tema crucial e recorrente: relação sociedade-natureza.

Relação sociedade-natureza

- ➢ A temática emerge em resposta à demanda por melhor qualidade de vida e construção de um mundo socioambientalmente mais justo e equilibrado;
- ➢ Movimento favorece a convergência das ciências da natureza e da sociedade, desestruturando, portanto, a dicotomia engendrada pelo paradigma da simplificação que sustentou a racionalidade econômica e tecnológica dominante.

Problemática ambiental

- Debate ambiental contemporâneo questiona a relação sociedade natureza e demanda por melhor qualidade de vida e por justiça socioambiental;
- As ciências convergem para essa temática e o pensamento ambiental se consolida;
- Desmantelamento da célebre dicotomia – sujeito-objeto, sociedade-natureza, ciência humana-ciência natural – que sustenta o paradigma da racionalidade econômica e instrumental ainda hegemônico.

Edgar Morin

- Árduo crítico do paradigma hegemônico da ciência moderna, assegura que os princípios desta não são eficazes na explicação do real;
- Opondo ao paradigma clássico (da simplificação), proprondo o paradigma da complexidade;
- Impossível separar a ciência do contexto histórico;
- Complexidade: desafio e motivação para o pensamento; substituto da simplificação;
- O problema da complexidade é a incompletude do conhecimento;
- O pensamento complexo luta contra a mutilação.

Enrique Leff

- O pensador mexicano Enrique Leff (2001b) enfatiza que a crise ambiental é um problema de conhecimento, uma crise de civilização;
- Impossível encontrar soluções através da racionalidade teórica e instrumental que constrói e destrói o mundo;
- Concebe uma racionalidade fundada em relações de co-existência com o sistema natureza;
- Racionalidade ambiental: uma racionalidade que pressupõe complementaridades e não antagonismos entre os sistemas natureza e sociedade.

Complementaridades

- Edgar Morin - complementaridade não simplificadora, complexidade da relação sujeito-objeto, ordem-desordem, sociedade-natureza;

- Enrique Leff - racionalidade fundada em relações de co-existência com o sistema natureza. Incorporação das complexidades dos sistemas natureza e sociedade. Racionalidade ambiental – pressupõe complementaridades e não antagonismos entre os sistemas natureza e sociedade.

Reformas necessárias

- Edgar Morin - reforma do pensamento, para se apreender os fenômenos multidimensionais, tratar as realidades, respeitar a diferença, reconhecer a unicidade;
- Enrique Leff - reforma do conhecimento para se captar a dimensão ambiental, estabelecendo conexões com as demais formas de saber, pois o ambiente encontra-se integrado por processos de ordem física e social.

Dominando a natureza

- Nossa condição ecológica, nossa condição de vida, revelava certa crise de razão, desde início do século XIX, manifestada por filósofos e artistas, demonstrando necessidade de confrontar a história de como vínhamos pensando o mundo no Ocidente;
- O modo de pensar, de construir o mundo, revelava falhas;
- Como viver no mundo nas condições ecológicas produzidas?
- "Não matarás!"? O próximo, mas dominarás a natureza - supremacia humana;
- A crise ambiental se manifesta como verdadeiro choque nesse processo civilizatório.

Educação mais ambiental

- Depois das barbaridades da II Guerra Mundial apreciamos a um progresso infinito, entrando em um processo de artificialização da vida.

## 4 Painelista: Doutorando Ângelo José Rodrigues Lima

Tema do painel: **OS DESAFIOS DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO PARAGUAI**

Tempo de apresentação: 1h
Local: Tribunal Pleno/TJMS

**APRESENTAÇÃO:**

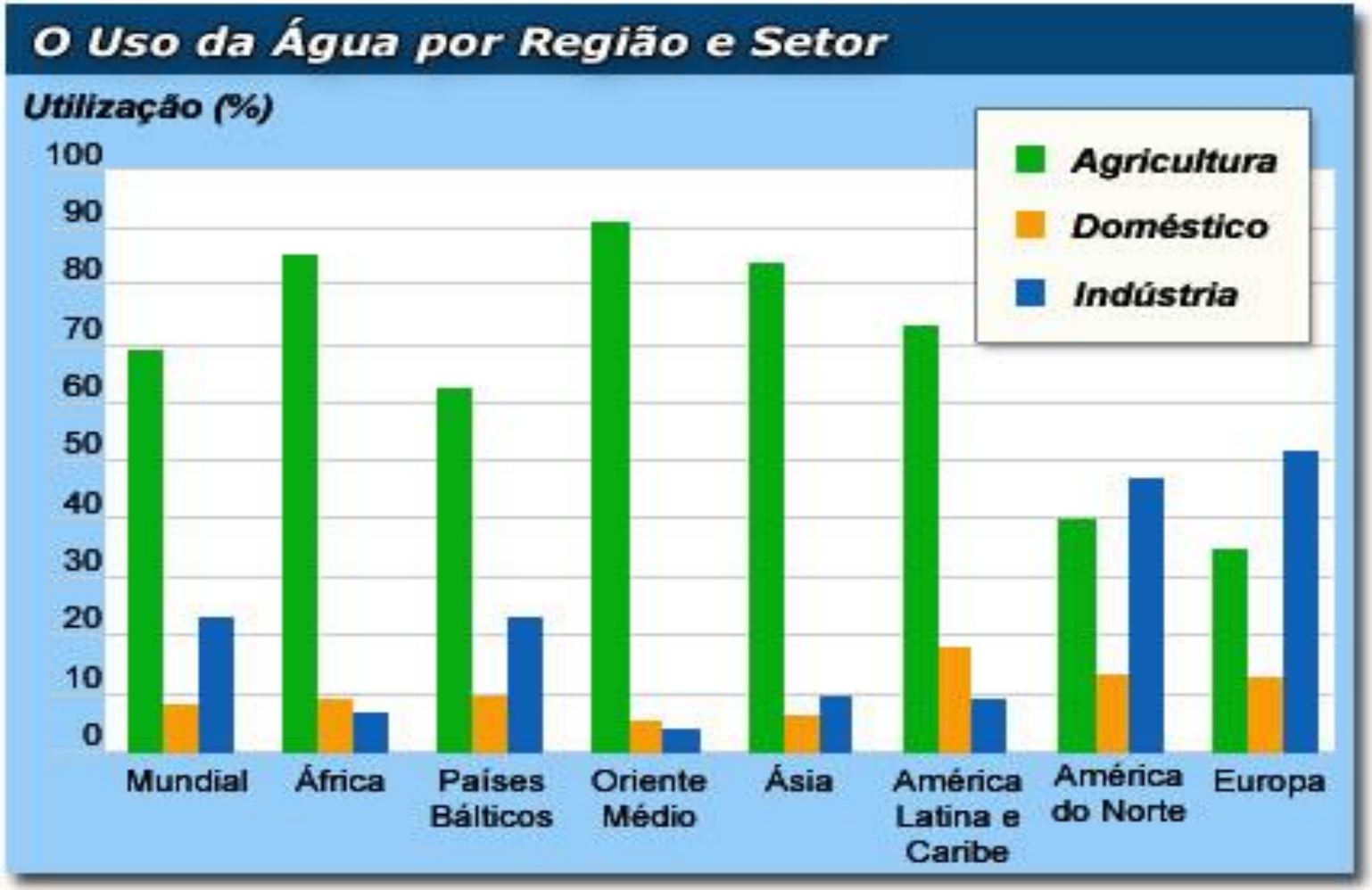
Status Social da água doce

- No século XX a população cresceu 3 vezes e o consumo de água cresceu 6 vezes;
- 2 bilhões sem infra-estrutura de saneamento;
- 3 milhões de crianças morrem a cada ano;
- 20% das espécies de peixes de água doce estão extintas ou ameaçadas;
- 3 bilhões de pessoas vivem com menos de US$ 2 / dia.

- Agricultura;
- Grandes projetos de infra-estrutura;
- Desmatamento;
- Crescimento desordenado das cidades;
- Aumento Populacional e dos padrões do consumo;
- Mudanças Climáticas.

## QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS COM RECONHECIMENTO VIGENTE POR ESTIAGEM/SECA

| UF | QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS VIGENTES |
|---|---|
| AL | 75 |
| BA | 94 |
| CE | 140 |
| DF | 1 |
| ES | 7 |
| MA | 8 |
| MT | 4 |
| MG | 46 |
| PB | 198 |
| PE | 71 |
| PI | 45 |
| RN | 154 |
| SE | 29 |
| | |
| TOTAL | 872 |


O Uso da Água por Região e Setor
Utilização (%)
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
Agricultura
Doméstico
Indústria
Mundial
África
Países Bálticos
Oriente Médio
Ásia
América Latina e Caribe
América do Norte
Europa

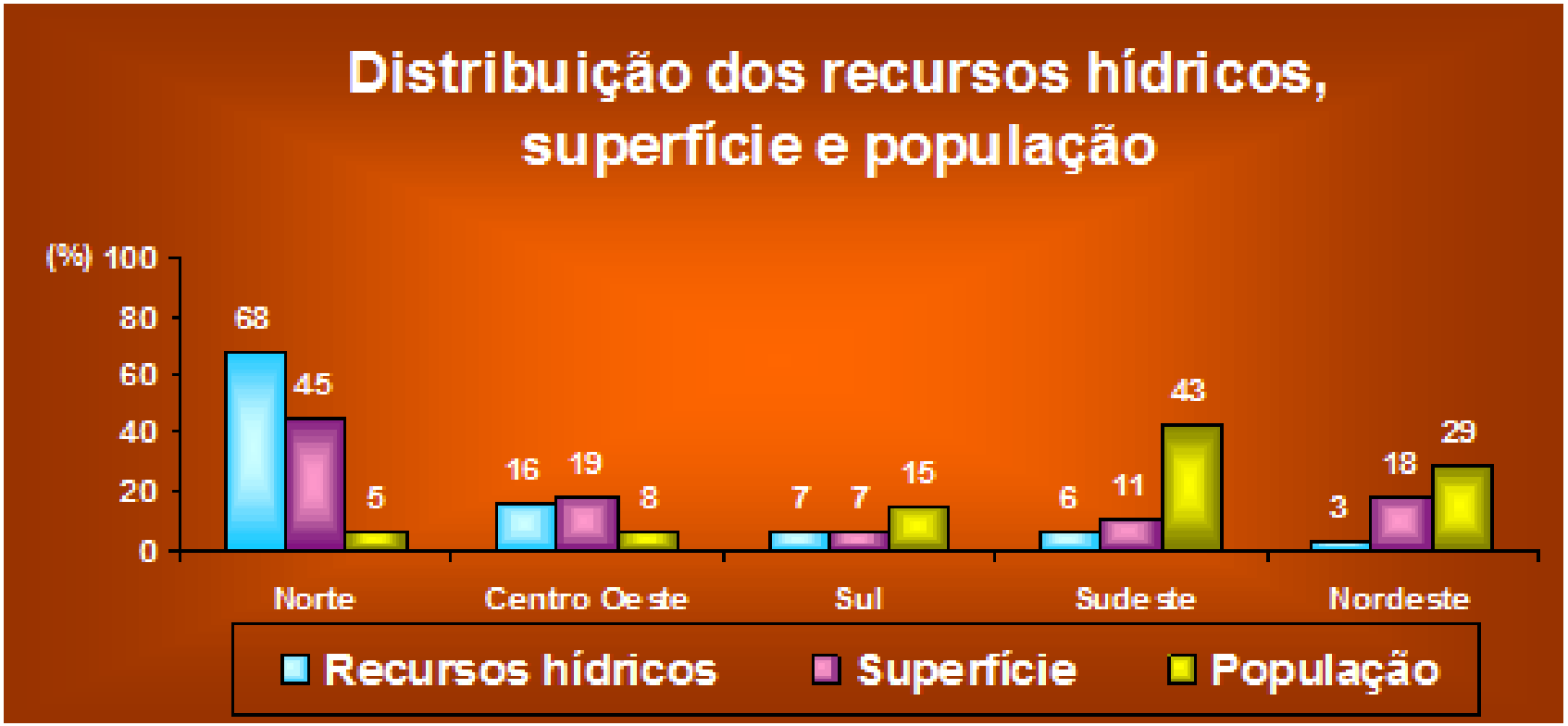
# Condições de disponibilidade hídrica
(segundo UNESCO/PHI em $m^3$ /hab /ano)

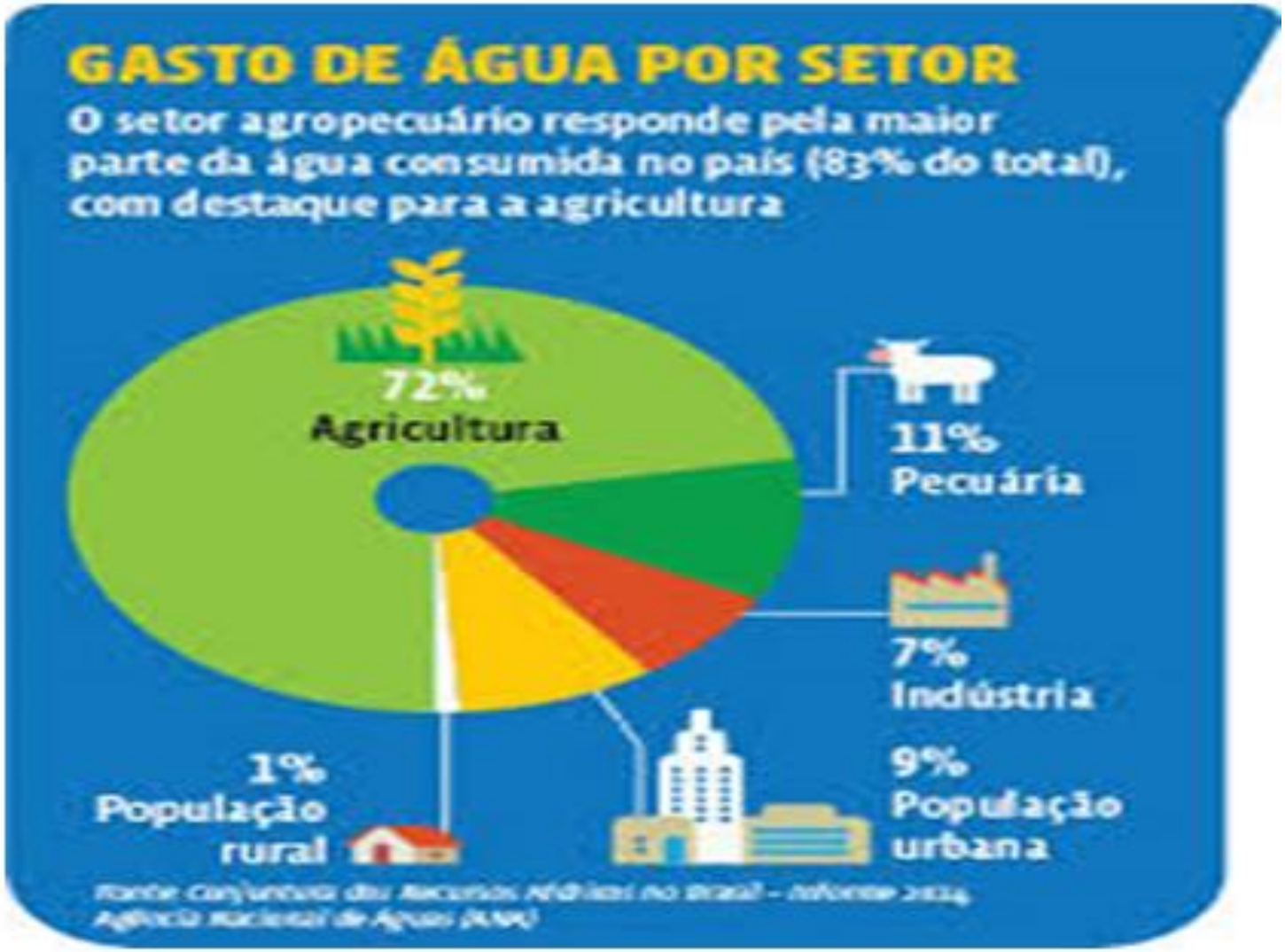
- Abaixo de 500 » muito pobre
- Entre 500 e 1.000 » pobre
- Entre 1.000 e **2.000** » regular
- Entre **2.000** e 10.000 » suficiente
- Entre 10.000 e 100.000 » rico
- Acima de 100.000 » muito rico

## Situação de Stress Hídrico

- UNESCO < 1.000 $m^3$ /hab /ano;
- Banco Mundial < 2.000 $m^3$ /hab /ano

## *RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL*




GASTO DE ÁGUA POR SETOR
O setor agropecuário responde pela maior parte da água consumida no país (83% do total), com destaque para a agricultura
72%
Agricultura
11%
Pecuária
7%
Indústria
9%
População urbana
1%
População rural

# REGIÕES HIDROGRÁFICAS NO BRASIL

## O ESTADO POSSUI DUAS GRANDES BACIAS HIDROGRÁFICAS, SENDO:

- **BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO PARAGUAI**
  **Área: 363.445 km² (no País)**
  **188.991 km² (no Estado)**
  **Nº. de sub-bacias: 6**

- **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ**
  **Área: 879.860 km² (no País)**
  **169.979,76 (no Estado)**
  **Nº. de sub-bacias: 9**

# Bacias Hidrográficas do Estado de Mato Grosso do Sul

*Art. 1º* - A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS

## PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DO PARAGUAI – DESAFIOS

Plano de Recursos Hídricos – Como se tornar um pacto??

PLANALTO – PLANÍCIE – Sentimento de pertencimento. Estamos todos na mesma bacia

Integração entre os estados e a união

Integração e articulação de políticas públicas – saneamento, uso do solo, agricultura, etc

Modelo de Desenvolvimento – aspectos econômicos, sociais e ambientais

Disponibilização de informação – cultura da construção de dados

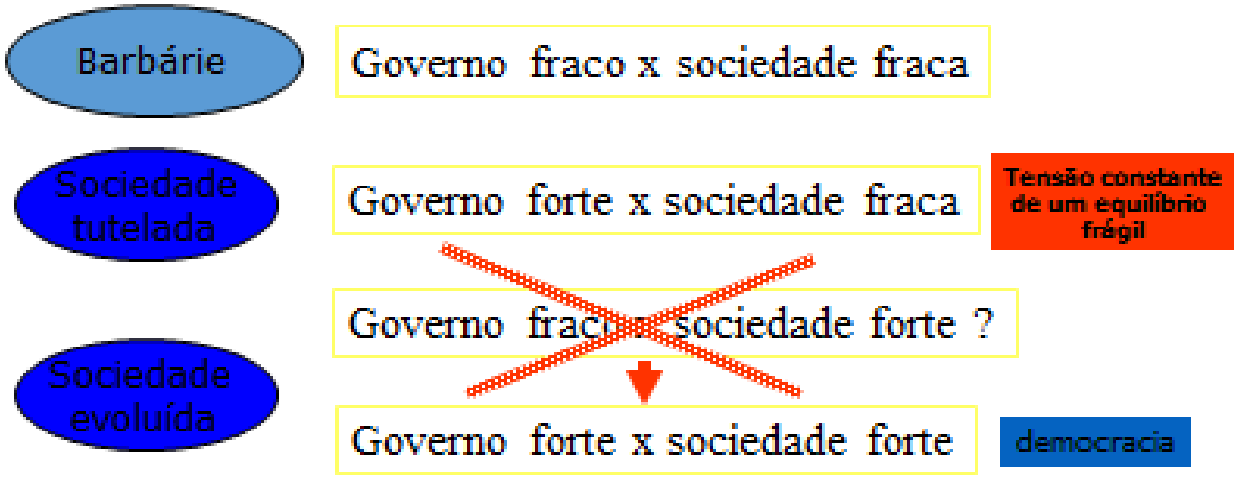
**PÓS PLANO**

Programa para implementação do Plano – conversa entre políticas públicas

34

# Macrotendências Mundiais

## Governo – Empresas - Sociedade civil




Fonte: Ralf M. Ehmke, Cenários e Tendências Mundiais

## Desafios para implementação de politicas públicas para a melhoria da qualidade da qualidade da água

- ÁGUA – AGENDA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO
- Integração da gestão de recursos hídricos, saneamento e ambiental
- Ampliação da rede de monitoramento da qualidade e quantidade das águas
- A melhoria da qualidade da água não se atinge somente com investimentos em obras de infraestrutura, mas também com a recuperação de nascentes, mata ciliar, etc, enfim é preciso atuar na recuperação florestal das bacias.
- Ampliar investimentos e programas que incentivam a recuperação das bacias (produtor de água, programa cultivando água boa, etc)
- Assim como a Educação e a Saúde tem um percentual do orçamento garantido, a gestão das águas também deveria ter – água é saúde e educação.

## DESAFIOS DO DEBATE

- Investimento forte na educação política (educação formal e informal) ***("Hannah Arendt – alguém é educado para poder fazer a política e não para que a política se faça nela.")***

- A tomada de decisão em um comitê de bacia deve ser tratada como um processo político que envolve interesses diferentes e as diferenças devem ser tratadas. Os conflitos precisam aparecer.

- Possivelmente não haverá governança e gestão efetiva se não houver investimento nas instituições e na sociedade;

- Investir para que todos os projetos e programas tenham objetivos e metas e indicadores para poder acompanhar e monitorar;

## 5 Painelista: Eliane Maria Garcia

Tema do painel: **PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Tempo de apresentação: 1h15m
Local: Tribunal Pleno/TJMS

### APRESENTAÇÃO:

Estamos vivendo na era da modernidade, onde somos levados a consumir cada vez mais.
A modernidade levou as pessoas a viverem em complexas concentrações sociais em busca de um padrão de vida de melhor qualidade.

O desenvolvimento industrial auxiliou nos padrões de produção em larga escala, que por sua vez, proporcionou viabilidade material ao consumo de bens.

Os problemas sócio-ambientais são decorrentes, principalmente, da forma de interação humana com a natureza vivenciada a partir dessa modernidade.

Foi necessário refletir sobre esses acontecimentos, para que a sociedade moderna pudesse se sensibilizar e perceber os limites de renovação dos recursos naturais, iniciando um movimento mundial de consciência ambiental e de intensos debates sociais.

**SUSTENTABILIDADE**
É dar suporte a alguma condição, a algo ou alguém em alguma tarefa.
Atualmente, o termo é bastante utilizado para designar o bom uso dos recursos naturais da Terra, como a água, o solo, as florestas e etc.
Etimologicamente, a palavra sustentável tem origem no latim "sustentare" que significa sustentar, apoiar e conservar.

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material com menor impacto ao meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente.
Refletindo sobre os caminhos a serem percorridos para que cheguemos à prática da sustentabilidade, temos várias alternativas.

## CONSUMO X SUSTENTABILIDADE

Com o crescente aumento do consumo, e o consequente impacto atrelado a ele, devemos cada vez mais consumir com qualidade, colocando na balança o impacto negativo que um determinado produto causa para sociedade a o meio ambiente ao longo de seu ciclo de vida. Uma boa forma de seguir essa ideia é adotar os princípios dos 5Rs. O 5Rs são ações que tomadas em conjunto tornam a atitude de consumir e descartar algo mais racional, priorizando a qualidade de vida e a sustentabilidade.
Ao consumir devemos levar em conta a real necessidade daquele produto, as opções disponíveis, os impactos envolvidos durante sua produção e como será sua destinação após o uso.
Dividimos o mundo com mais de 7 bilhões de pessoas, e todos temos que utilizar recursos desse planeta e ainda conservá-lo para nós mesmos e para as gerações futuras.

## PODEMOS SER SUSTENTÁVEL?

Adotando os princípios do 5Rs
Visa reduzir a geração de resíduos, a ideia parte do principio fundamental que a redução do consumo é a forma mais eficiente, mas quando o consumo for necessário deve-se então levar em conta o impacto envolvido na produção do que estamos consumindo e qual é melhor forma de reutilizá-lo após seu uso.

### O que são 5Rs? ´

A questão-chave é “repensar” nossos valores, hábitos e práticas, reduzindo o consumo exagerado e evitando o desperdício.

### Repensar

Nossos hábitos, pensando bem antes de comprar e analisar a real necessidade da compra. O consumo excessivo causa degradação ambiental.

Os danos causados por um produto, não está em seu descarte, mas sim no processo de produção e em seu uso.
Por isso quando compramos algo devemos ter sempre em mente o ciclo de vida dele e devemos considerar todos os impactos envolvidos durante o ciclo produtivo, desde a extração da matéria prima até o descarte.

**Recusar**
Um dos poderes que temos para alterar a sociedade é o de consumidor, por isso é de fundamental importância ao consumir levar em conta os princípios morais que utilizamos em outros aspectos de nossa vida, assim podemos recusar produtos que geram impactos socioambientais significativos.
Somos co-responsáveis pelos impactos causados na produção daquilo que consumimos, e por isso devemos fazê-lo com responsabilidade.

**Reduzir**
Usando produtos com maior durabilidade, vamos reduzir o consumo de energia, de água e a quantidade de lixo residual. Ao comprar alguma coisa, sempre pensar em como reduzir a quantidade de lixo que será gerado com aquilo e evitar excessos de consumo.
Nos tornamos a "sociedade de consumo".

**Reutilizar**
Ao reutilizar um produto reduzimos a necessidade de sua fabricação, estendendo a vida útil do mesmo, por isso é fundamental dar preferência a produtos retornáveis e reutilizávies.
Com imaginação e criatividade podemos utilizar o mesmo produto para outro fim. Um objeto pode ganhar funções totalmente diferentes da original e ainda continuar muito eficiente.

**Reciclar**
Se não é possível reutilizar um produto a reciclagem é a melhor alternativa. Ela diminui a necessidade de explorar recursos naturais cada vez mais escassos e todo impacto associado a essa exploração, além disso, o processo de reciclagem exige menos energia e insumos que o processo produtivo tradicional.

**A3P**

É um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. Se destina aos órgãos públicos federal, estadual e municipal dos poderes: executivo, legislativo e judiciário.

A sociedade exige da administração pública a implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade do planeta

**Programa AtuAÇÃO Coleta Seletiva e Educação Ambiental**

Objetivo Geral:
Minimizar os impactos diretos e indiretos dos resíduos sólidos gerados e acondicionados inadequadamente nas dependências do Imasul, por meio do desenvolvimento de ações para a sensibilização ambiental que resultem na adoção de práticas ambientalmente sustentáveis e que estimulem o pensamento crítico e participativo em questões socioambientais.

Como implantar?
A implantação demanda comprometimento institucional, coletivo e individual. O processo de implantação é realizado em cinco passos:

- ✓ CRIAR A COMISSÃO GESTORA;
- ✓ ELABORAR DIAGNÓSTICO;
- ✓ ELABORAR O PLANO DE AÇÃO;
- ✓ .SENSIBILIZAR E MOBILIZAR;
- ✓ AVALIAR E MONITORAR.

O Programa AtuAÇÃO consiste em três Fases:

- ✓ Fase I – Implantação na sede do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul;
- ✓ Fase II – Implantação nas Unidades de Conservação, Escritórios Regionais;
- ✓ Fase III – Estimular a implantação do Programa nos demais órgãos do Governo do Estado.

Os resíduos terão apenas duas separação: LIXO SECO/ LIXO ÚMIDO/ RECICLÁVEL REJEITO

**Metas:**

1.Mobilização e Articulação

2.Comunicação

3.Capacitação

4.Campanhas Educativas dos 5 Rs

5.Coleta Seletiva

6.Avaliação e monitoramento

1. Mobilização e Articulação
   - ✓ Formação da Comissão Gestora (Ecotime)
   - ✓ Reuniões de Articulação nos setores
   - ✓ Visitas Técnicas – Unidade de Triagem de Resíduos de Campo Grande

2. Comunicação
   - ✓ Elaboração da Logomarca, adesivos, placas, cartilha, "Vídeo Campanha" e Manual de Procedimentos de execução do Programa AtuAÇÃO.
   - ✓ Realizar evento de lançamento oficial do Programa AtuAÇÃO com a participação de todos os servidores e terceirizados

3. Capacitação
   - ✓ Palestras Educativas para servidores;
   - ✓ Mini cursos sobre coleta seletiva de lixo para Funcionários terceirizados e prestadores de serviço.

4. Campanhas Educativas dos 5Rs
   - ✓ Divulgar os princípios dos 5Rs (reduzir, repensar, recusar, reutilizar e reciclar) em toda a instituição para público interno e externo

5. Coleta Seletiva
   - ✓ Estabelecer parceria com a Prefeitura de Campo Grande para coletar materiais reciclados para serem destinados a UTR – Unidade de Triagem de Resíduos;
   - ✓ Instalar coletores seletivos em todos os setores e pátio;

6. Monitoramento e avaliação
   - ✓ Quantidade de resíduos descartados mensalmente
   - ✓ Adesão de todos os setores e servidores
   - ✓ Destinação adequada dos resíduos coletados

## 6 Painelista: Ganem Amiden Neto

Tema do painel: **SUSTENTABILIDADE NA JUSTIÇA ELEITORAL: RESULTADO E PERSPECTIVAS**

Tempo de apresentação: 1h15m
Local: Tribunal Pleno/TJMS

- ✓ Criação da Assessoria de Gestão Socioambiental – AGS;
- ✓ Publicação da Resolução TSE n° 23.474/2016;
- ✓ Acordos de Cooperação Técnica (MMA; STJ e TST);
- ✓ III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário;
- ✓ Coordenação FGRS;
- ✓ Rede WhatsApp – GPS.
- ✓ Surgimento da Rede Socioambiental da Justiça Eleitoral;
- ✓ Projeto Geração de Energia – células fotovoltaicas;
- ✓ TCU SecexAmbiental;
- ✓ Elaboração da matriz / ANOPs.
- ✓ Comitê Interistitucional CNJ / Cumprdec;
- ✓ Novas aproximações institucionais - UnB/Ipol; FGV/CEAPG e USP/Lassu.
- ✓ Produção técnica;
- ✓ Produção de artigos científicos;
- ✓ Produção de artigos profissionais;
- ✓ Banco de boas práticas;
- ✓ IACA: Comissão de Estudos / Sustentabilidade nos Tribunais;
- ✓ Aproximação;
- ✓ CONICET / Argentina;
- ✓ Diálogos para un Chile Sostenible;
- ✓ Elaboração da Agenda Institucional 2017.

- ✓ Resolução TSE n° 23.505;
- ✓ Criação da Comissão Gestora do PLS;
- ✓ Ciclo de Palestras TSE Sustentável;
- ✓ Projeto Começar de Novo;
- ✓ Compras e aquisições com critérios de sustentabilidade. Novas aquisições – unidade deve inserir critérios de sustentabilidade;
- ✓ Capacitações MMA / PNUD via ACOT nos TRE´s;
- ✓ Aproximação institucional com tribunais dos demais segmentos de justiça;
- ✓ IN: Recolhimento de cafeteiras / Laudo Engenharia.
- ✓ Verba destinada aos TRE´s para projetos de sustentabilidade;
- ✓ Implementação de frota terceirizada;
- ✓ Caravana Odonto SESC;
- ✓ Acordo de cooperação técnica: TRE/PR;
- ✓ Acessibilidade inserida nas competências da AGS;
- ✓ Apoio na implementação de usina fotovoltáica: TRE/TO e TRE/RO.
- ✓ Parque Bosque dos Tribunais (STJ e TST);
- ✓ Novos Produto:
- ✓ Acessibilidade na JE (Relatórios de Acessibilidade dos regionais);
- ✓ Sustentabilidade e Acessibilidade na JE Vol I (outubro) e II (dezembro);
- ✓ I Questionário de Acessibilidade da Justiça Eleitoral.
- ✓ Dotado de todos os indicadores mínimos
- ✓ Bloco XIV: Ineditismo;
- ✓ Revisão anual;
- ✓ Relatórios quadrimestrais;
- ✓ Relatório de crise;
- ✓ Alinhamento com o Planejamento Estratégico.

## 7 Painelista: Ganem Amiden Neto

Tema do painel: **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO E VALOR DE ATRIBUTO JUDICIÁRIO PARA A SOCIEDADE**

Tempo de apresentação: 1h15m
Local: Tribunal Pleno/TJMS

### Histórico da Responsabilidade Socioambiental no Poder Judiciário

### Processo Histórico – 2007/2008

- ✓ Pedido de Providência – PP 1435;
- ✓ Recomendação CNJ n°11/2007;
- ✓ Lançamento do Programa CNJ Ambiental;
- ✓ Surgimento da Rede Socioambiental do Poder Judiciário;
- ✓ I Seminário de Responsabilidade Socioambiental do Poder Judiciário;
- ✓ Questionário Socioambiental do Poder Judiciário.

### Processo Histórico – 2009

- ✓ Resolução CNJ n°70;
- ✓ Acordos de Cooperação Técnica;
- ✓ Aumento progressivo da Rede Socioambiental do Poder Judiciário;
- ✓ Lançamento do Fórum Socioambiental do Poder Judiciário;
- ✓ Recomendação CNJ n°27;
- ✓ I Prêmio A3P: TRT 8ª Região.

### Processo Histórico – 2010

- ✓ Resolução CNJ n° 114;
- ✓ Alteração da nomenclatura: CNJ Socioambiental;

- ✓ Meta Prioritária do Poder Judiciário n°6;
- ✓ Rede Socioambiental do Poder Judiciário supera a marca de 500 colaboradores.

**Processo Histórico – 2011/2012**

- ✓ Rede Socioambiental: inserção de colaboradores dos demais Poderes da União;
- ✓ III Prêmio A3P: TRE-PI;
- ✓ CNJ na RIO+20;
- ✓ Recomendação CNJ n° 40;
- ✓ IV Prêmio A3P: TRT 8ª Região e CSJT.

**Processo Histórico – 2013/2014**

- ✓ Rede Socioambiental do Poder Judiciário supera a marca de 800 colaboradores;
- ✓ Resolução n° 198;
- ✓ I Seminário de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário;
- ✓ Proposta de resolução específica;
- ✓ Ato Conjunto TST.CSJT n°24/2014;
- ✓ V prêmio A3P: STJ, TRT 2ª Região e TJSC.

**Processo Histórico – 2015**

- ✓ Resolução CNJ n° 201;
- ✓ CUMPRDEC: 0005176-96.2014.2.00.0000;
- ✓ Disparidades dos quantitativos: PLS´s x Unidades/Núcleos Socioambientais;
- ✓ Rede Socioambiental supera a marca de 1.000 colaboradores;

- ✓ II Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário.

**Processo Histórico – 2016/2017**

- ✓ Resolução TSE n° 23.474/2016;
- ✓ Criação do Comitê Técnico de apoio ao CNJ;
- ✓ Elaboração do Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral;
- ✓ TSE, STJ e TJDFT auxílio ao TCU/SECEXAmbiental;
- ✓ Acórdão TCU n°1056/2017;
- ✓ Auditoria TCU.

**Eficiência do Gasto Público**

- ✓ Ferramenta de eficiência do gasto;
- ✓ Instrumento de cumprimento obrigatório;
- ✓ Regulamentado pelo CNJ, TCU e TSE;
- ✓ Coordenado pela Unidade Socioambiental;
- ✓ Obrigatoriedade dos indicadores mínimos;
- ✓ Publicidade/transparência dos indicadores;
- ✓ Relatórios de crise;
- ✓ Construção coletiva;
- ✓ Revisão anual;
- ✓ Alinhamento com o Planejamento Estratégico.

**Resultados: PODER JUDICIÁRIO**

- ✓ <u>Reciclagem</u>
- ✓ - Papel: 59,8%
- ✓ - Plástico: 45,5%

- ✓ - Metal: 33%
- ✓ <u>Veículos</u>
- ✓ - Frota / Magistrados: Redução de 1,4%
- ✓ - Frota / Serviço: Redução de 7,7%

Fonte: DPJ Matheus Durães / Arte CNJ

**Pontos Importantes:**

- ✓ Fundamentação Legal: 2007 – 2017;
- ✓ Aproximação com o TCU;
- ✓ Publicação de artigos científicos – ex: TRE-MA;
- ✓ Obrigatoriedade da criação da unidade socioambiental / servidores em dedicação exclusiva;
- ✓ Criação da Rede Local;

- ✓ Publicidade dos indicadores do PLS;
- ✓ Fortalecimento dos valores, missões e visão.

- ✓ Interface com Acessibilidade.

**Plano de Logística Sustentável:**

- ✓ Deve ter meta fundamentada;
- ✓ Deve apresentar série histórica;
- ✓ Inventário de bens / critérios de sustentabilidade;
- ✓ Comissão Gestora;
- ✓ Abrangência: área jurisdicional do tribunal;
- ✓ Vigência;
- ✓ Valorizar a importância do instrumento com olhar institucional, o foco não é cumprimento de prazos.

# CARTA DE INTENÇÕES

Entende-se que após a realização do I Seminário Sul-Mato-Grossense de Gestão Socioambiental no Poder Judiciário, realizado no dia 06 de outubro de 2017 nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, é correto reafirmar a necessidade de darmos prosseguimento às dialéticas outrora realizadas. O prisma da sustentabilidade se oferece como base de sustentação para projeções, independente de temporalidade, seja a curto, médio ou longo prazo.

Todavia, para subsidiar um plano diretor, em conformidade com normativos de primeira grandeza, tais quais: Resolução CNJ N°201/2015 e Acórdão TCU 1056/2017, é condição *sine qua non* a criação de uma Assessoria de Gestão Socioambiental, junto à Presidência deste Egrégio Tribunal, conforme frisado reiteradas vezes pelo Doutor Ganem com, no mínimo, três servidores com **dedicação exclusiva.**

Segue abaixo a preposta inicial de atividades a serem desenvolvidas neste momento inicial:

- Proposta de Termo de Cooperação Técnica: TSE – TJMS / Objeto: Gestão Socioambiental;
- Revisão do Plano de Logística Sustentável do TJMS;
- Atualização do inventário de bens com critério de sustentabilidade;
- Elaboração de relatório de crise, para aferir o que não é factível no atual momento;
- Coleta inicial de indicadores (vide PLS do TJMS ou anexo I da Resolução CNJ 201/2015), nas principais comarcas do estado.
- Capilarização do Plano de Logística Sustentável, em âmbito jurisdicional;
- Escolha de cidades polo no interior do estado, em escala mesorregional, sustentada por pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Projeto piloto, fomentado pelo Plano de Logística Sustentável do TJMS, em uma comarca com potencial socioeconômico favorável (Podendo ser Corumbá);

- Formação da Rede Sul Mato-grossense de Sustentabilidade (rede formada, via termo de cooperação, com órgãos do Poder Judiciário e demais instituições que, de fato, possam agregar valor e conhecimento);
- Aproximação com o TCE-MS (tratar de assunto sobre a matéria e possibilidade de auditoria fundamentado ano Acórdão 1056/2017).

**Comitê de Gestão Ambiental**